



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2012

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2012, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVIII e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.644, de 26 de julho de 2011, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2012, e na Lei nº 3.697, de 26 de dezembro de 2011 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 11,139 bilhões, sendo R\$ 8,437 bilhões do orçamento fiscal, R\$ 2,702 bilhões da seguridade social, que somados aos investimentos das empresas do Estado com R\$ 221 milhões, totalizam R\$ 11,360 bilhões.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2012 foi de R\$ 11,139 bilhões, destacando-se as fontes receita tributária, com percentual de 62,66% e transferências correntes, com 28,87%, considerando as deduções para o FUNDEB³. Demonstramos na tabela 01 a classificação de cada receita, no gráfico 01 apresentamos as cinco principais receitas e a dedução para o FUNDEB.

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada R\$ Mil

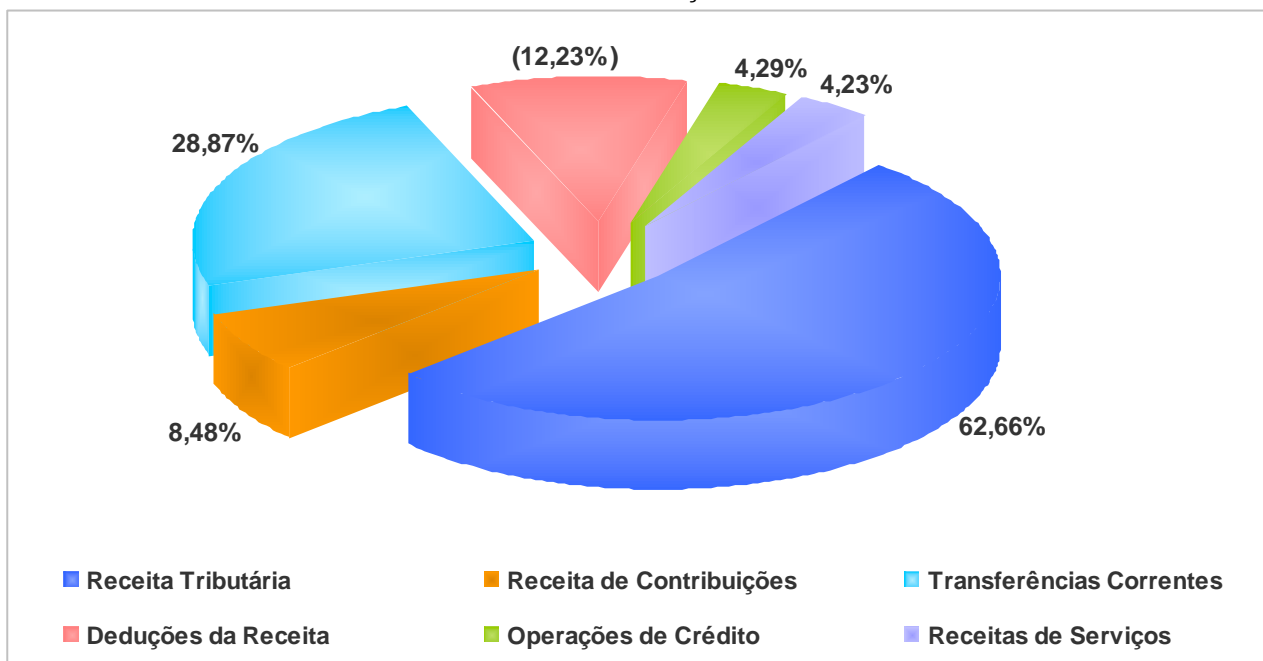
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA	PART. %
RECEITAS CORRENTES	11.797.545	105,91
Receita Tributária	6.979.500	62,66
Receita de Contribuições	945.000	8,48
Receita Patrimonial	80.470	0,72
Receita Industrial	18.000	0,16
Receita de Serviços	471.180	4,23
Transferências Correntes	3.216.485	28,87
Outras Receitas Correntes	86.910	0,78
RECEITAS DE CAPITAL	704.395	6,32
Operações de Crédito	477.540	4,29
Alienação de Bens	100	0,00
Amortização de Empréstimos	400	0,00
Transferências de Capital	201.355	1,81
Outras Receitas de Capital	25.000	0,22
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.362.530)	(12,23)
TOTAL	11.139.410	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

³ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007).



Gráfico 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



1.2 Despesa Orçamentária

Foram fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.697 de 26 de dezembro de 2011 – LOA. Demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas para o exercício de 2012 no valor de R\$ 11,139 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

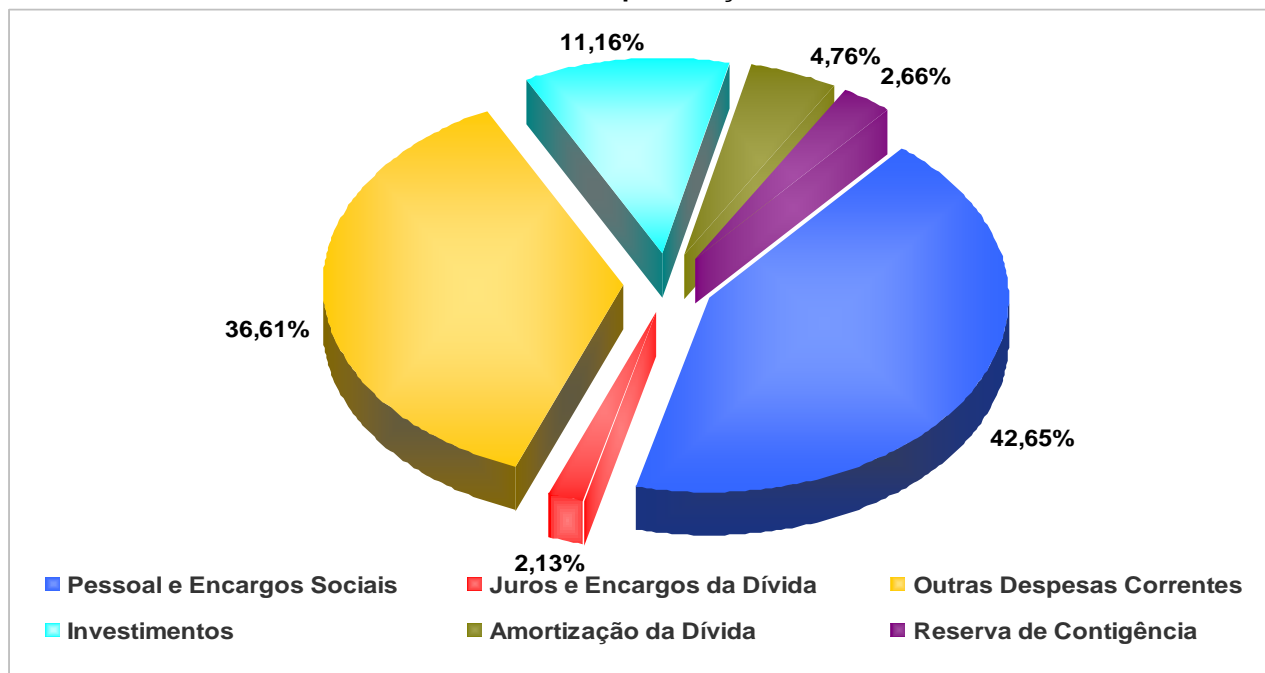
R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PART. %
DESPESAS CORRENTES	9.063.985	81,39
Pessoal e Encargos Sociais	4.748.636	42,65
Juros e Encargos da Dívida	236.900	2,13
Outras Despesas Correntes	4.078.449	36,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.777.541	15,95
Investimentos	1.243.677	11,16
Inversões Financeiras	3.169	0,03
Amortização da Dívida	530.695	4,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	297.884	2,66
TOTAL	11.139.410	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada



1.3 Alterações Orçamentárias

O governo realizou alterações no orçamento inicial, que representou 21,31%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. ORÇAMENTO INICIAL	11.139.410
2. Créditos Adicionais	5.423.744
2.1 Suplementares	4.270.913
2.2 Especiais	1.152.831
3. Créditos Anulados	3.050.392
3.1 Orçamentários e Suplementares	3.050.392
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	13.512.762
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	21,31

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Destacamos nos créditos Especiais a inclusão da Fundação AMAZONPREV com abertura de créditos especiais em 2012, no valor de R\$ 1,148 bilhão, através da Lei nº 3.727 de 23 de março de 2012, que retroagiu seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2012.



2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

2.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 e gráfico 03 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2012, com arrecadação total de R\$ 12,679 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 13,82% ou R\$ 1,540 bilhão, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,375 bilhão, que representa 10,84% do total da receita orçamentária arrecadada.

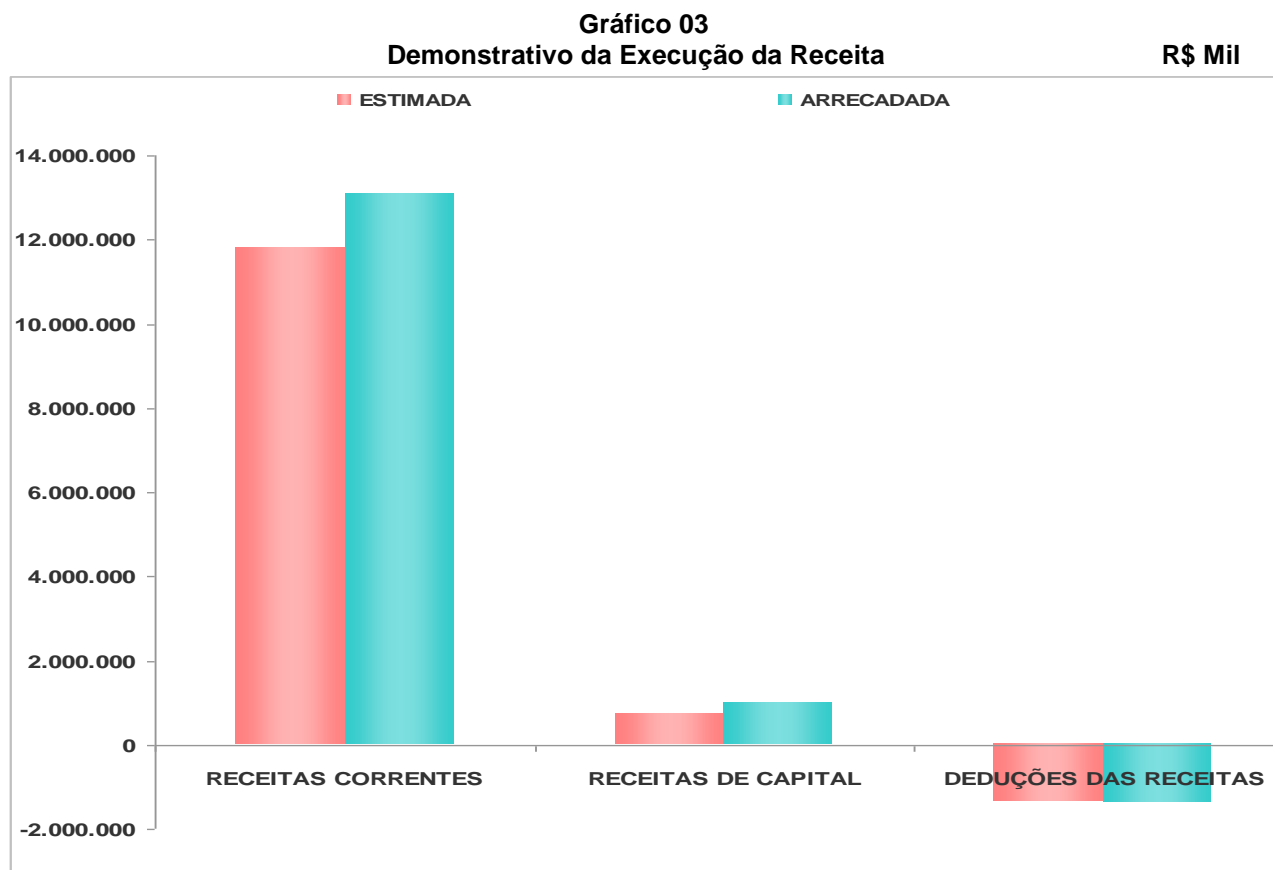
Tabela 04
Demonstrativo da Execução da Receita R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	11.797.545	13.077.244	1.279.699	10,85	103,14
Tributária	6.979.500	7.178.538	199.038	2,85	56,62
De Contribuições	945.000	1.267.815	322.815	34,16	10,00
Patrimonial	80.470	247.596	167.126	207,69	1,95
Industrial	18.000	4.812	(13.187)	(73,26)	0,04
De Serviços	471.180	522.749	51.569	10,94	4,12
Transferências Correntes	3.216.485	3.399.163	182.678	5,68	26,81
Outras Receitas Correntes	86.910	456.571	369.661	425,34	3,60
RECEITAS DE CAPITAL	704.395	976.750	272.355	38,67	7,70
Operações de Crédito	477.540	772.175	294.635	61,70	6,09
Alienações de Bens	100	20.103	20.003	20.003,13	0,16
Amortização de Empréstimos	400	374	(26)	(6,53)	0,00
Transferência de Capital	201.355	148.221	(53.134)	(26,39)	1,17
Outras Receitas de Capital	25.000	35.877	10.877	43,51	0,28
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.362.530)	(1.374.859)	(12.329)	0,90	(10,84)
SUBTOTAL	11.139.410	12.679.135	1.539.725	13,82	100,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	285.294	285.294	0,00	2,20
De Contribuições	0,00	246.119	246.119	0,00	1,90
Patrimonial	0,00	2.166	2.166	0,00	0,02
Industrial	0,00	8.880	8.880	0,00	0,07
Outras Receitas Correntes	0,00	28.129	28.130	0,00	0,21
TOTAL	11.139.410	12.964.429	1.825.019	16,38	102,20

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Destacamos as Receitas Intraorçamentárias que foi na ordem de R\$ 285 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338 de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balancetes e demais demonstrações contábeis, as quais foram classificadas em Contribuição Patronal com R\$ 246 milhões, Patrimonial com R\$ 2 milhões, Industrial com R\$ 9 milhões e Outras Receitas Correntes com R\$ 28 milhões.



No Relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2012, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2008 a 2012, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2012 apresentou uma variação nominal positiva de 58,75% ante 2008, e de 19,57% em relação a 2011. Ao considerarmos as receitas intraorçamentárias teremos uma variação ante 2008 de 62,33% e em relação a 2011 de 22,26%.



Tabela 05
Evolução da Receita – 2008 a 2012

R\$ Mil

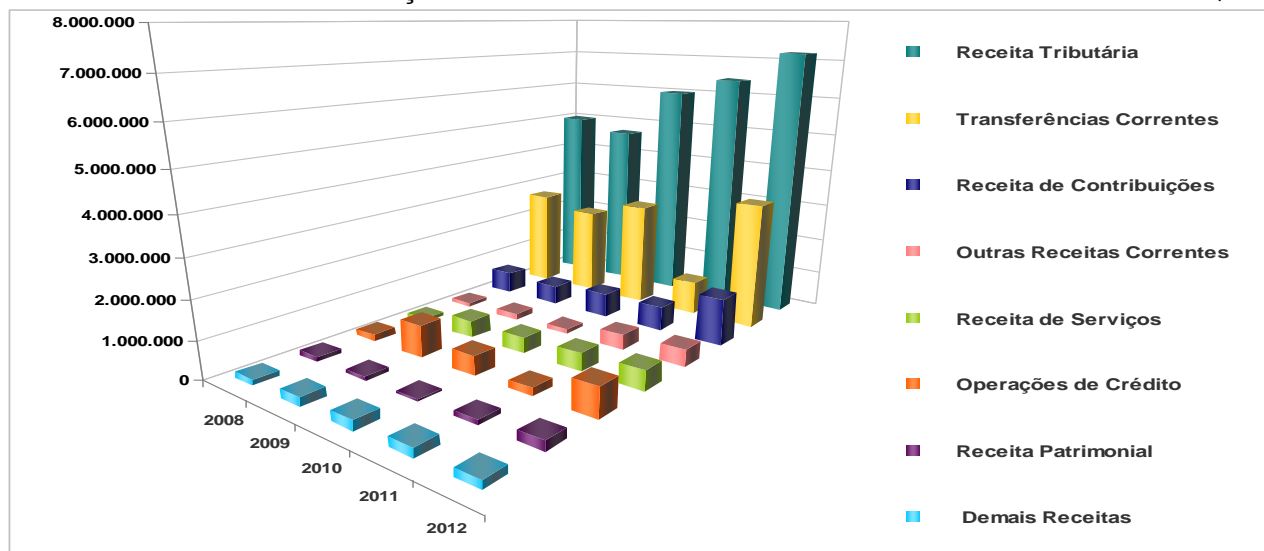
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2008	2012/2011
RECEITAS CORRENTES	8.567.719	8.302.362	10.066.127	11.413.660	13.077.244	52,63	14,58
Receita Tributária	4.952.961	4.642.085	5.961.008	6.405.569	7.178.538	44,93	12,07
Receita de Contribuições	584.323	518.149	649.743	904.977	1.267.815	116,97	40,09
Receita Patrimonial	124.407	103.848	65.667	114.316	247.596	99,02	116,59
Receita Industrial	12.021	12.099	13.978	13.166	4.812	(59,97)	(63,45)
Receita de Serviços	114.083	459.564	421.304	476.069	522.749	358,22	9,81
Transferências Correntes	2.692.532	2.401.559	2.832.217	3.098.768	3.399.163	26,24	9,69
Outras Receitas Correntes	87.393	165.058	122.210	400.796	456.571	422,43	13,92
RECEITAS DE CAPITAL	315.102	1.096.761	759.353	447.276	976.750	209,98	118,38
Operações de Crédito	170.631	855.436	514.905	211.819	772.175	352,54	264,55
Alienação de Bens	1.773	25.343	253	1.787	20.103	1.033,85	1.024,83
Amort. de Empréstimos	394	402	396	385	374	(5,10)	(2,81)
Transferência de Capital	116.905	195.786	221.734	203.222	148.221	26,79	(27,06)
Outras Receitas de Capital	25.400	19.794	22.065	30.063	35.877	41,25	19,34
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(896.130)	(934.964)	(1.134.330)	(1.256.631)	(1.374.859)	53,42	9,41
SUBTOTAL	7.986.691	8.464.160	9.691.150	10.604.306	12.679.135	58,75	19,57
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	285.294	-	-
De Contribuições	-	-	-	-	246.119	-	-
Patrimonial	-	-	-	-	2.166	-	-
Industrial	-	-	-	-	8.880	-	-
Outras Rec. Correntes	-	-	-	-	28.129	-	-
TOTAL	7.986.691	8.464.160	9.691.150	10.604.306	12.964.429	62,33	22,26

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2008 a 2012

R\$ Mil





2.2 Receita Tributária

No Amazonas, as receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 7,178 bilhões no exercício de 2012, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 773 milhões em relação a 2011 ou 12,07%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 92,20% do total.

Tabela 06
Comparativo da Receita Tributária

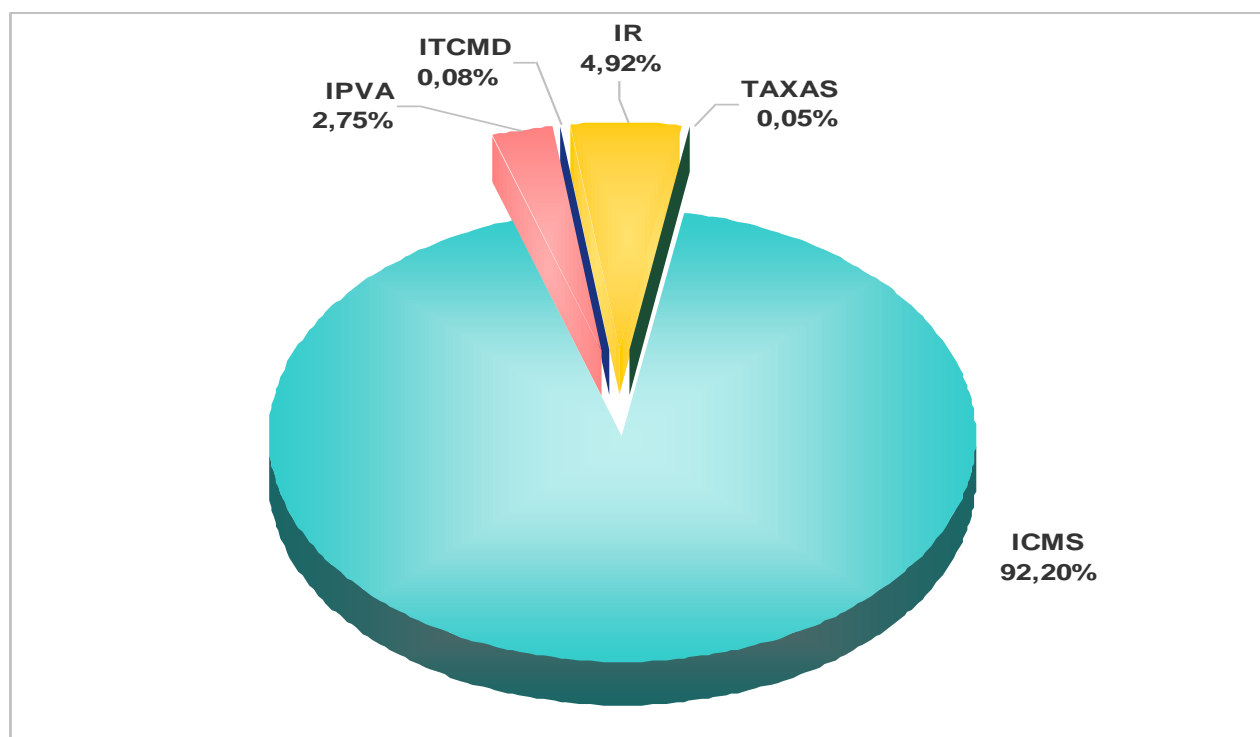
R\$ Mil

FONTE	ARRECADADO		%	
	2011	2012	PART.	VAR.
IMPOSTOS	6.402.990	7.174.957	99,95	12,05
IR Retido na Fonte	305.842	353.481	4,92	15,57
ICMS	5.911.977	6.618.599	92,20	11,95
IPVA	181.084	197.534	2,75	9,08
ITCMD	4.087	5.343	0,08	30,70
TAXAS	2.578	3.580	0,05	38,87
TOTAL	6.405.568	7.178.538	100,00	12,07

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2012





Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, que demonstra uma variação nominal comparado ao exercício de 2011 de 11,95% ou R\$ 706 milhões, face a recuperação da economia não só do nosso Estado, como em todo o país, sendo o setor industrial - Pólo Industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 2,961 bilhões ou 44,75% do total, apesar de ter apresentado a menor variação ante 2011 de 5.58%.

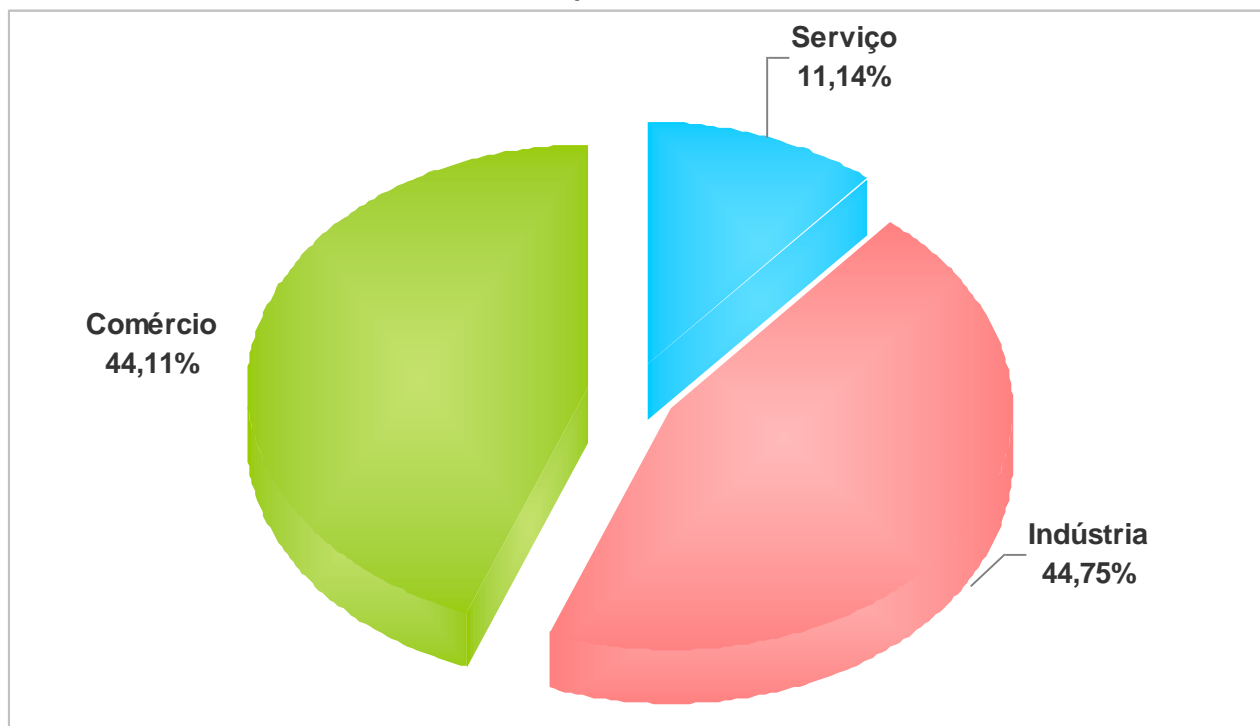
Tabela 07
Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

R\$ Mil

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2011	2012		
Indústria	2.805.031	2.961.699	44,75	5,58
Comércio	2.478.698	2.919.372	44,11	17,78
Serviço	628.247	737.528	11,14	17,39
TOTAL	5.911.976	6.618.599	100,00	11,95

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2012





Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2008 a 2012, que apresentou uma variação nominal de 44,93% ante 2008 e de 12,07 % em relação a 2011.

Na arrecadação do IPVA de 2012, o acréscimo nominal comparado a 2011 foi de R\$ 16 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 9,08%, e em relação a 2008, o crescimento nominal foi de R\$ 71 milhões, representando uma variação de 55,99%. Estes acréscimos devem-se principalmente aos incentivos à produção e comercialização de veículos novos no país.

Tabela 08
Evolução da Receita Tributária – 2008 a 2012

R\$ Mil

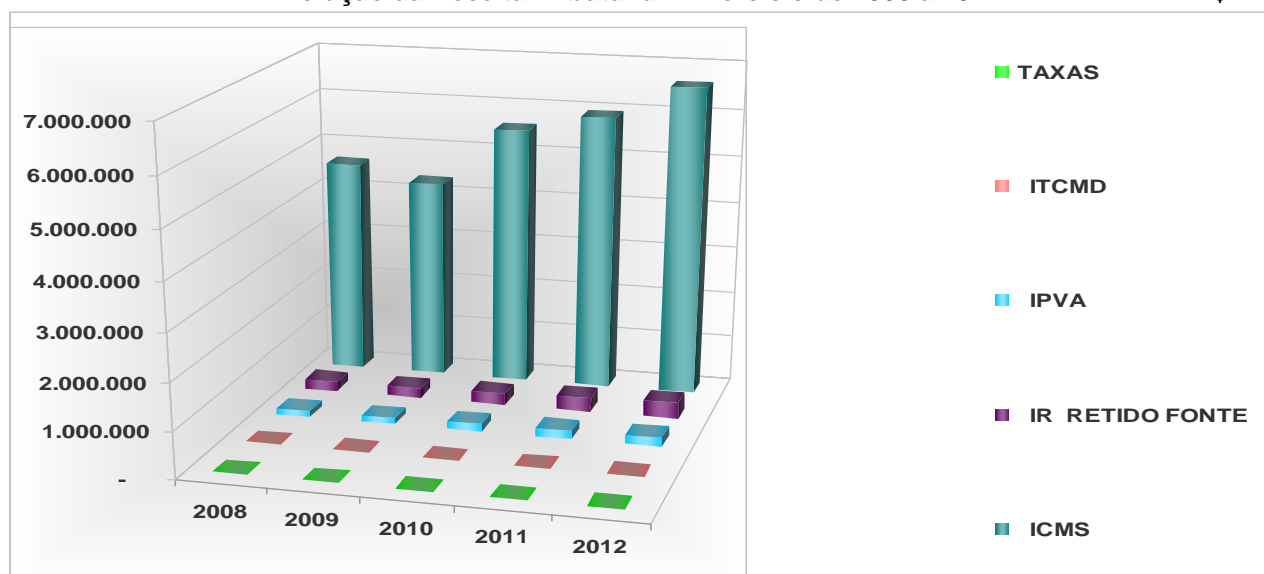
FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2008	2009	2010	2011	2012		2012/ 2008	2012/ 2011
IMPOSTOS	4.950.428	4.639.507	5.958.293	6.402.990	7.174.957	99,95	44,94	12,05
IR RETIDO FONTE	212.245	214.528	243.476	305.842	353.481	4,92	66,54	15,57
ITCMD	4.065	2.121	2.636	4.087	5.343	0,08	31,45	30,70
IPVA	126.636	132.849	165.464	181.084	197.534	2,75	55,99	9,08
ICMS	4.607.483	4.290.008	5.546.717	5.911.977	6.618.599	92,20	43,65	11,95
TAXAS	2.533	2.578	2.715	2.578	3.580	0,05	41,38	38,87
TOTAL	4.952.961	4.642.085	5.961.008	6.405.568	7.178.538	100,00	44,93	12,07

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e FUNDEB

Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2008 a 2012

R\$ Mil





No gráfico 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2008 a 2012, em valores correntes.

Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS - Exercício de 2008 a 2012 R\$ Mil

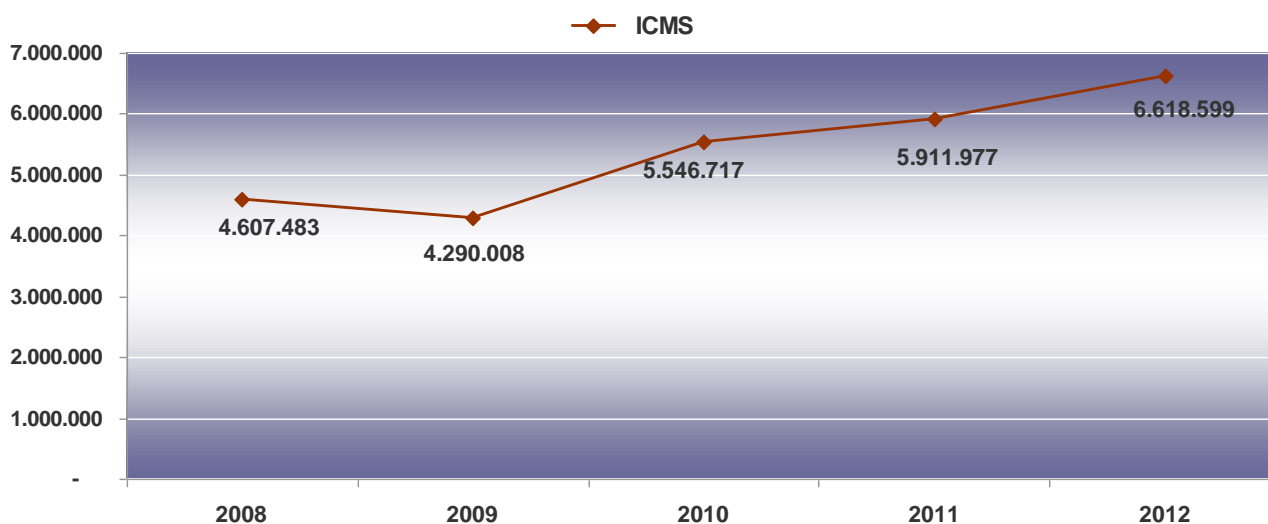
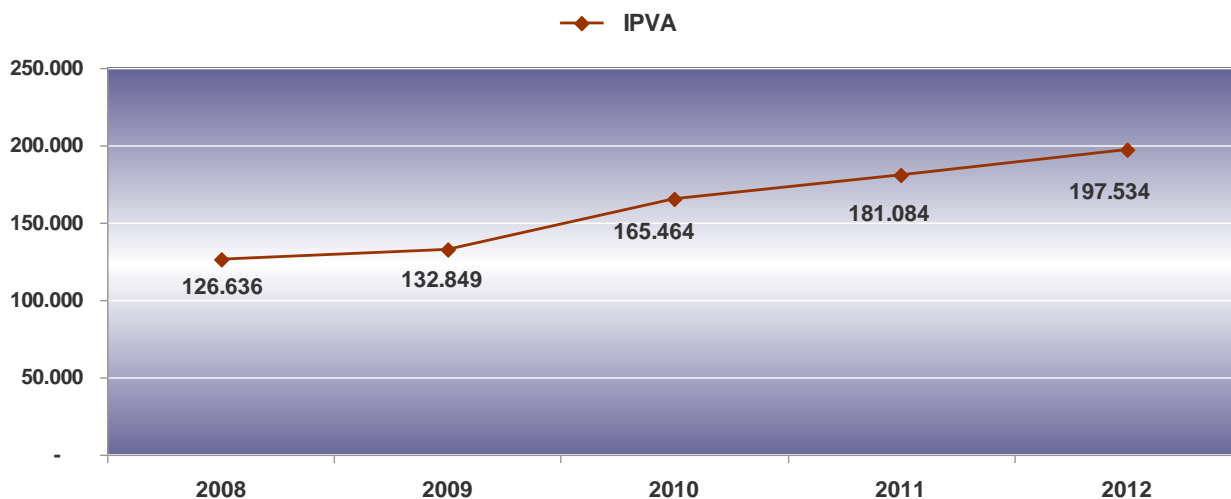


Gráfico 09
Evolução da Receita de IPVA - Exercício de 2008 a 2012 R\$ Mil





2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2012 foi de R\$ 3,399 bilhões, que comparando com 2011 houve um aumento nominal de R\$ 300 milhões, ou 9,69%, demonstrado na tabela 09.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 65,99%, com uma variação nominal positiva ante 2011 de R\$ 99 milhões ou 4,62%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 50,86% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 52 milhões, equivalente a 3,11% ante 2011.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 31,99% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 203 milhões, ou seja, 23,05% ante 2011.

Tabela 09
Transferências Correntes

R\$ Mil

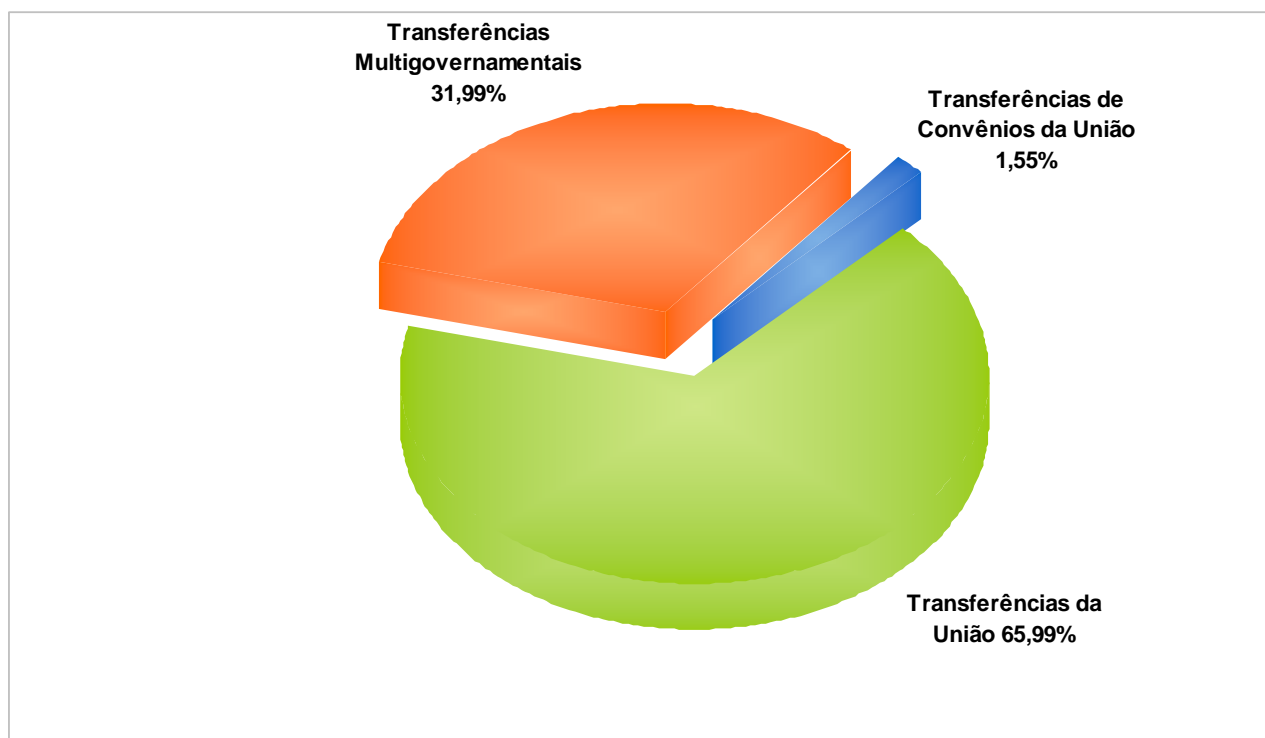
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2011	2012	PART.	VAR.
Transferências da União	2.143.858	2.242.921	65,99	4,62
Cota-parte do F.P.E.	1.676.688	1.728.809	50,87	3,11
Cota-parte do I.P.I.	45.448	30.681	0,90	(32,49)
Cota-parte da CIDE	36.943	19.112	0,56	(48,27)
Transferências Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,43	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	236.047	276.737	8,14	17,24
Transferências de Recursos do SUS	31.898	29.788	0,88	(6,62)
Transferências de Recurso do FNDE	74.970	91.069	2,68	21,47
Transferências de Recurso do FNAS	780	2.819	0,08	261,28
Outras Transferências da União	26.344	49.166	1,45	86,63
Transferências Multigovernamentais	883.700	1.087.357	31,99	23,05
Transferências de Instituições Privadas	18.085	14.695	0,43	(18,74)
Transferências do Exterior	93	743	0,02	694,35
Transferências de Pessoas	0,00	42	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União	50.446	52.822	1,55	4,71
Transferências de Convênios dos Municípios	132	52	0,00	(60,59)
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	2.454	531	0,02	(78,36)
TOTAL	3.098.768	3.399.163	100,00	9,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10 apresentamos as três principais participações de transferências correntes.

Gráfico 10
Transferências Correntes



Na tabela 10 demonstramos as Transferências de convênios da União e suas Entidades, no exercício de 2012, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 53 milhões. As maiores participações foram da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC com R\$13 milhões ou 25,63%, Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF com R\$ 7 milhões ou 13,73% e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 5 milhões ou 9,70%, que correspondem a 49,06% do total.

Tabela 10
Transferências de Convênios da União e suas Entidades **R\$ Mil**

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	13.536	25,63
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	7.250	13,73
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	5.123	9,70
Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Pub. Mov. Sociais - SEARP	4.942	9,36
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	4.151	7,86
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	2.821	5,34
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	2.754	5,21
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	2.118	4,01
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.940	3,67
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	1.423	2,69
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	1.409	2,67
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	1.036	1,96
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	858	1,62
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania - SETRAB	661	1,25
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	533	1,01
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	422	0,80
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	336	0,64
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	314	0,59
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	205	0,39
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência -SEPED	203	0,39
Fundo Estadual de Saúde - FES	182	0,34
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	126	0,24
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	120	0,23
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	107	0,20
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	97	0,18
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	42	0,08
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	32	0,06
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	29	0,06
Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Mata - FUAM	25	0,05
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	23	0,04
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	6	0,01
TOTAL	52.822	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 531 mil e, de Municípios no valor de R\$ 52 mil.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizou R\$ 977 milhões e apresentou uma variação nominal positiva R\$ 529 milhões ou 118,38% em relação a 2011.

No exercício de 2012, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 772 milhões, com participação de 79,06% do total das receitas de capital.

As Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades e de Instituições Privadas, ficando com participação de 15,17% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, representando 3,67% do total das receitas de capital.

Tabela 11
Receitas de Capital

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2011	2012	PART.	VARIAÇÃO
Operações de Crédito	211.819	772.175	79,06	264,55
Alienação de Bens Móveis	1.787	20.103	2,06	1024,83
Amortização de Empréstimos	385	374	0,04	(2,81)
Transferências de Capital	203.222	148.221	15,17	(27,06)
Outras Receitas de Capital	30.063	35.877	3,67	19,34
TOTAL	447.276	976.750	100,00	118,38

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 12 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2012, que totalizaram R\$ 772 milhões, sendo R\$ 607 milhões de operações internas, através da Caixa Econômica Federal – CEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e do Banco do Brasil e R\$ 165 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Tabela 12
Demonstrativo das Operações de Créditos

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	PART. %
INTERNA		607.559	78,68
Pró-Saneamento	CEF	3.967	0,51
Abastecimento de Águas de Manaus	CEF	5.106	0,66
Projeto Minha Casa, Minha Vida - Lei Nº 3.501	CEF	36.005	4,66
Pro-Moradia	CEF	18.242	2,36
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	141.809	18,36
PROINVESTE	BANCO DO BRASIL	402.430	52,13
EXTERNA		164.616	21,32
PROSAMIM	BID	150.421	19,48
Zona Franca Verde	BIRD	14.195	1,84
TOTAL		772.175	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 13 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2012, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 120 milhões. Destacamos as participações da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 56 milhões, ou 46,71%, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, com R\$ 20 milhões ou 16,94% e da Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, com R\$ 17 milhões, ou 14,07%, as quais correspondem a 77,72% do total repassado pela União.

Tabela 13
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

R\$ Mil

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	56.077	46,71
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol. Sustentável - SDS	20.330	16,94
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	16.893	14,07
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	8.509	7,09
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	6.626	5,52
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	2.608	2,17
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	1.825	1,52
Fundo Estadual de Saúde - FES	1.597	1,33
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	1.292	1,08
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	1.250	1,04
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	551	0,46
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	513	0,43
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	464	0,39
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	441	0,37
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	320	0,27
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	257	0,21
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	181	0,15
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	114	0,10
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	79	0,07
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED	60	0,05
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	40	0,03
TOTAL	120.027	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM e o Departamento Estadual de Transito – DETRAN receberam R\$ 839 mil de transferências de Instituições Privadas para execução de convênios, os quais somados aos convênios da união totalizam as transferências de convênio de capital em R\$ 121 milhões.

2.5 Renúncia Fiscal

Na tabela 14 demonstramos a Renúncia Fiscal, no exercício de 2012, que totalizou R\$ 5,506 bilhões, destacamos a Lei nº 2.826 de 2003, com R\$ 5,014 bilhões e participação de 91,06% do total da renúncia, que compõe o setor da Indústria Incentivadas com R\$ 4,830 bilhões, Cesta Básica com R\$ 113 milhões e Estabelecimentos Comerciais com R\$ 71 milhões.



Tabela 14
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	5.014.120	91,06
Leis nº 2.390, de 1996	84.166	1,53
Lei nº 3.361 de 2008	51.468	0,93
Lei nº 3.430 de 2009	3.275	0,06
Lei nº 3.823 de 2012	144.356	2,62
Decreto nº 20.686 de 1999	45.549	0,83
Decreto nº 21.750 de 2001	137.079	2,49
Decreto nº 27.500 de 2008	26.309	0,48
TOTAL	5.506.322	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 45,41% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de 2012 de R\$ 6,619 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 5,506 bilhões, totalizando R\$ 12,125 bilhões, significando que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,45 .

3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 15, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 13,513 bilhões, alterada em R\$ 2,373 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 21,31% do total fixado inicialmente.



Tabela 15
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica **R\$ Mil**

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART %
DESPESAS CORRENTES	9.063.985	1.518.961	10.582.946	78,32
Pessoal e Encargos Sociais	4.748.636	519.368	5.268.004	38,99
Juros e Encargos da Dívida	236.900	(26.649)	210.251	1,56
Outras Despesas Correntes	4.078.449	1.026.242	5.104.691	37,77
DESPESAS DE CAPITAL	1.777.541	916.722	2.694.263	19,94
Investimentos	1.243.677	893.222	2.136.899	15,82
Inversões Financeiras	3.169	86.476	89.645	0,66
Amortizações da Dívida	530.695	(62.976)	467.719	3,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	297.884	(286.671)	11.213	0,08
RESERVA PREVIDENCIÁRIA		224.340	224.340	1,66
TOTAL	11.139.410	2.373.352	13.512.762	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 16, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas no exercício, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se as funções que mais receberam aporte de recursos, Previdência Social com R\$ 343 milhões, Urbanismo com R\$ 324 milhões, Saúde com R\$ 293 milhões, Segurança Pública com R\$ 277 milhões e Educação com R\$ 259 milhões, em função da maior arrecadação dos impostos que servem de base para aplicação dos recursos, e de operações de créditos.



Tabela 16
Despesa Autorizada Final por Função

R\$ Mil

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	360.265	40.909	401.174	2,98
2	Judiciária	423.636	29.458	453.094	3,35
3	Essencial à Justiça	207.596	19.491	227.087	1,68
4	Administração	566.172	124.627	690.798	5,11
6	Segurança Pública	858.399	276.768	1.135.167	8,40
8	Assistência Social	102.445	38.476	140.921	1,04
9	Previdência Social	647.840	341.858	989.698	7,32
10	Saúde	1.751.531	292.592	2.044.123	15,13
11	Trabalho	10.940	3.970	14.910	0,11
12	Educação	1.735.028	258.684	1.993.712	14,76
13	Cultura	82.963	140.894	223.857	1,66
14	Direitos da Cidadania	153.432	78.883	232.315	1,72
15	Urbanismo	202.031	323.665	525.696	3,89
16	Habitação	113.799	65.006	178.805	1,32
17	Saneamento	35.724	92.483	128.208	0,95
18	Gestão Ambiental	59.167	45.262	104.429	0,77
19	Ciência e Tecnologia	93.703	(3.114)	90.589	0,67
20	Agricultura	85.896	38.815	124.711	0,92
21	Organização Agrária	13.745	64.767	78.512	0,58
23	Comércio e Serviços	32.341	14.089	46.430	0,34
24	Comunicações	62.008	50.737	112.745	0,83
25	Energia	1.500	(1.500)	0	0,00
26	Transporte	418.039	2.801	420.840	3,11
27	Desporto e Lazer	176.315	65.357	241.672	1,79
28	Encargos Especiais	2.647.011	30.705	2.677.716	19,82
99	Reserva de Contingência	297.884	(286.671)	11.213	0,08
99	Reserva de Previdenciária	0	224.340	224.340	1,66
TOTAL		11.139.410	2.373.352	13.512.762	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Destacam-se as participações das funções Encargos Especiais com 19,82%, Saúde com 15,13%, Educação com 14,76 e Segurança Pública com 8,40% do total das despesas autorizadas para 2012.

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2012 totalizou R\$ 12,159 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 1,353 bilhão, representando 10,02% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 17.

Destacamos as despesas empenhadas neste exercício, na modalidade 91, na ordem de R\$ 303 milhões, sendo evidenciado na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 260 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 43 milhões, modalidade criada para evidenciar as despesas entre órgão da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

Tabela 17
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada **R\$ Mil**

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
DESPESAS CORRENTES	10.582.946	10.297.953	2,69
Pessoal e Encargos Sociais	5.268.004	5.206.044	1,18
d/q modalidade 91	261.795	260.459	0,51
Juros e Encargos da Dívida	210.251	181.217	13,81
Outras Despesas Correntes	5.104.691	4.910.692	3,80
d/q modalidade 91	43.327	42.996	0,76
DESPESAS DE CAPITAL	2.694.263	1.861.306	30,92
Investimentos	2.136.899	1.490.750	30,24
Inversões Financeiras	89.645	29.645	66,93
Amortização da Dívida	467.719	340.911	27,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.213	0	0
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	224.340	0	0
TOTAL	13.512.762	12.159.259	10,02

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A tabela 18 e gráfico 11 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2012 com 2011, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 1,542 bilhão o que corresponde a 14,53%, sendo R\$ 1,545 milhões ou 17,65% em despesas correntes e um déficit de R\$ 3 milhões ou 0,15% em despesas de capital, ocasionado basicamente pela redução das despesas empenhadas com Inversões Financeiras que decresceram em R\$ 53 milhões com variação negativa em 64,22%.

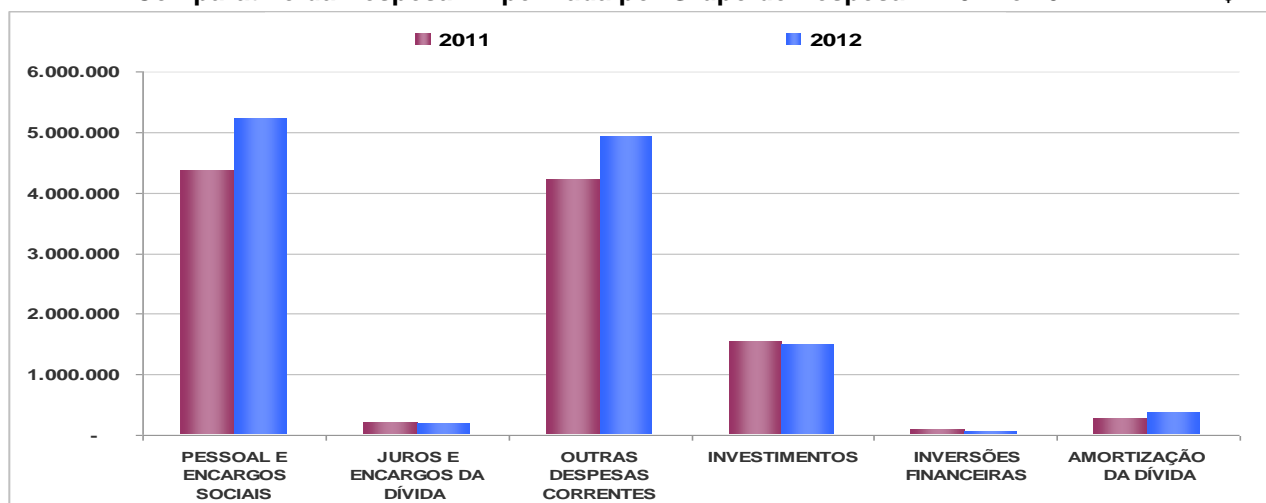


Tabela 18
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	2011	PART. %	2012	PART. %	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	8.752.722	82,44	10.297.953	84,69	17,65
Pessoal e Encargos Sociais	4.354.399	49,75	5.206.044	42,82	19,56
d/q modalidade 91	-	-	260.459	-	-
Juros e Encargos da Dívida	186.640	2,13	181.217	1,49	(2,91)
Outras Despesas Correntes	4.211.683	48,12	4.910.692	40,38	16,60
d/q modalidade 91	-	-	42.996	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.864.093	17,56	1.861.306	15,31	(0,15)
Investimentos	1.532.369	82,20	1.490.750	12,27	(2,72)
Inversões Financeiras	82.863	4,45	29.645	0,24	(64,22)
Amortização da Dívida	248.861	13,35	340.911	2,80	36,99
TOTAL	10.616.815	100,00	12.159.259	100,00	14,53

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 11
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2011 e 2012 R\$ Mil



Destacamos, ainda, que os investimentos do governo com fontes própria representaram 50,21% da despesa empenha neste grupo, conforme demonstramos na tabela 19.

Tabela 19
Demonstrativo da Despesa Empenhada em Investimentos por fonte R\$ Mil

INVESTIMENTO	EMPENHADO	PART.
Recursos de Operações de Crédito	464.052	31,13
Recursos de Transferências Federais	278.181	18,66
Recursos aplicados pelo Estado	748.516	50,21
TOTAL	1.490.749	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 20 e gráfico 12, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2012 em relação a 2011, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,513 bilhões ou 20,66%, Saúde com R\$ 1,955 bilhão ou 16,08%, Educação com R\$ 1,883 bilhão ou 15,49 % e Segurança Pública com R\$ 1.105 bilhão e participação de 9,08% do total.

Tabela 20
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

R\$ Mil

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2011	PART. %	2012	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	313.456	2,92	398.434	3,28	27,11
2	Judiciária	374.976	3,62	439.795	3,62	17,29
3	Essencial à Justiça	201.826	1,82	218.201	1,79	8,11
4	Administração	581.425	7,82	629.408	5,18	8,25
6	Segurança Pública	808.743	7,38	1.104.627	9,08	36,59
8	Assistência Social	113.287	1,17	130.475	1,07	15,17
9	Previdência Social	579.986	2,74	949.580	7,81	63,72
10	Saúde	1.847.751	19,45	1.955.256	16,08	5,82
11	Trabalho	12.830	0,14	13.263	0,11	3,38
12	Educação	1.618.033	15,70	1.883.255	15,49	16,39
13	Cultura	127.686	1,22	213.566	1,76	67,26
14	Direitos da Cidadania	183.980	1,45	187.646	1,54	1,99
15	Urbanismo	542.897	2,98	389.825	3,21	(28,20)
16	Habitação	118.502	1,97	131.113	1,08	10,64
17	Saneamento	179.450	1,58	114.306	0,94	(36,30)
18	Gestão Ambiental	46.886	0,62	53.090	0,44	13,23
19	Ciência e Tecnologia	52.808	0,62	65.762	0,54	24,53
20	Agricultura	105.422	1,07	107.377	0,88	1,85
21	Organização Agrária	15.063	0,22	75.866	0,62	403,65
23	Comércio e Serviços	29.274	0,19	41.832	0,34	42,90
24	Comunicações	53.168	0,87	107.837	0,89	102,82
26	Transporte	271.987	3,33	201.748	1,66	(25,82)
27	Desporto e Lazer	187.883	0,48	234.382	1,93	24,75
28	Encargos Especiais	2.249.498	20,63	2.512.615	20,66	11,70
TOTAL		10.616.815	100,00	12.159.259	100,00	14,53

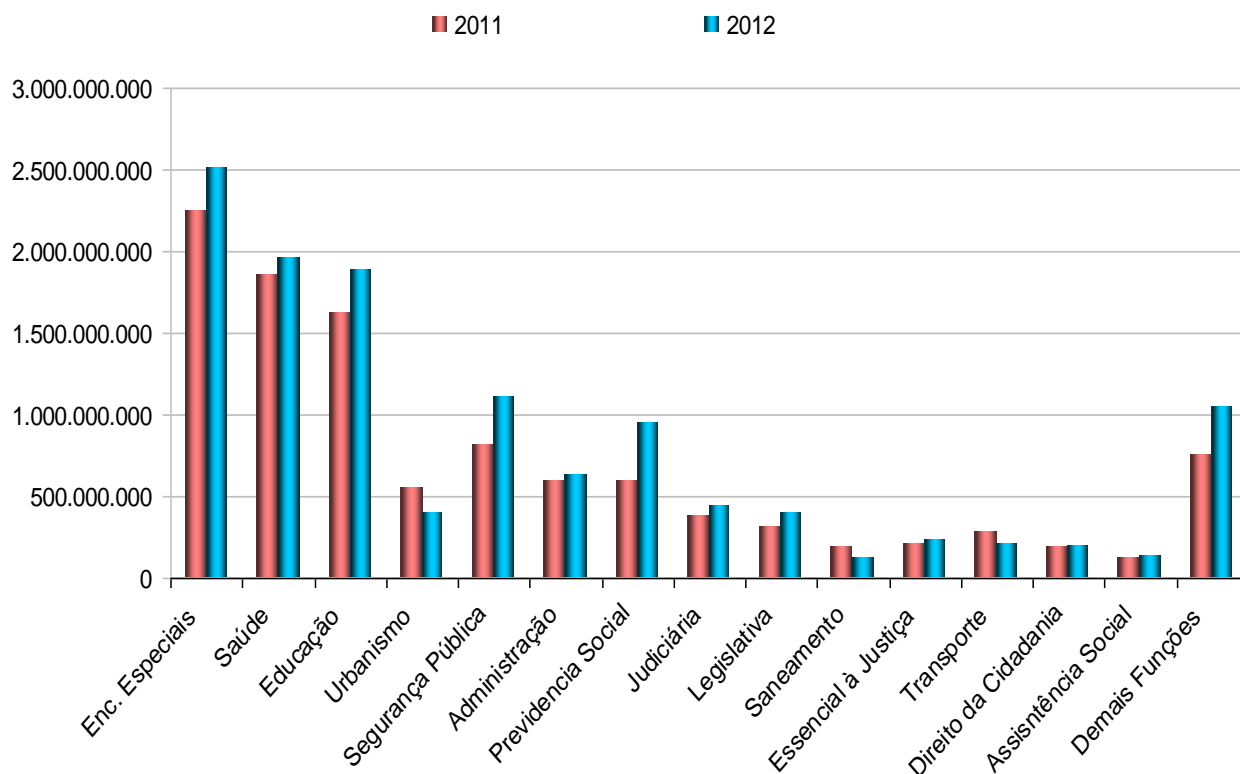
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



As maiores variações ante 2011 foram das funções Organização Agrária com 403,65%, Comunicações com 102,82% e Cultura com 67,26%

Gráfico 12
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

R\$ 1,00



Nos Quadros 01 e 02, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2011 e 2012, com percentual de participação em cada item.

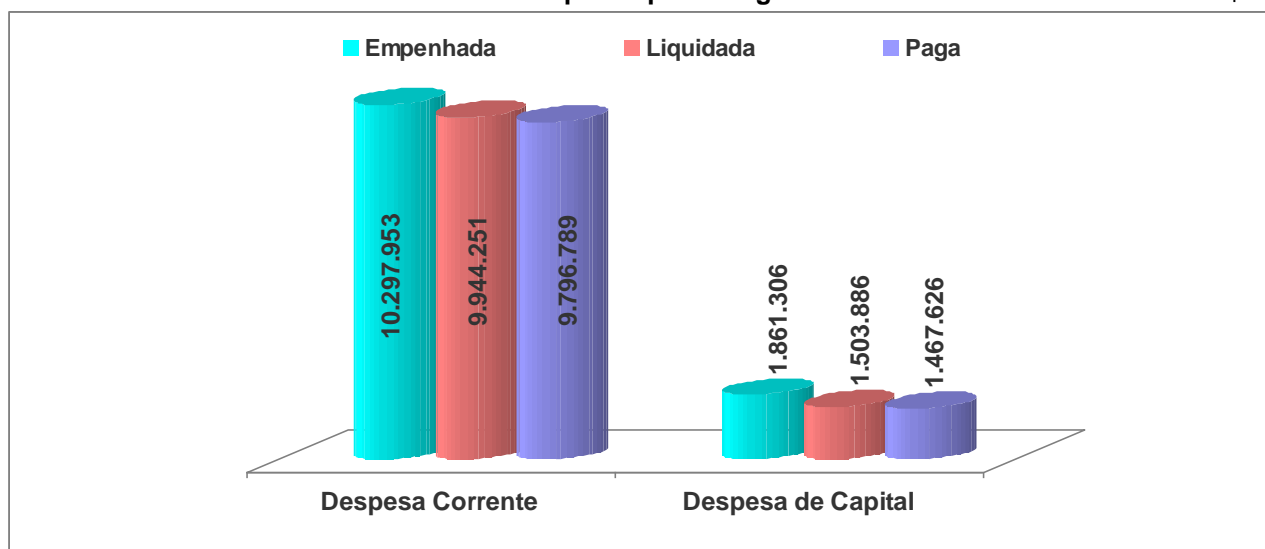
Demonstramos nos relatórios, em anexo, a Evolução da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, no exercício de 2012, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 13 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2012, classificada por categoria econômica.



Gráfico 13
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica

R\$ Mil



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2012, foi de R\$ 1,830 bilhão que, comparado ao exercício de 2011, houve um acréscimo de R\$ 188 milhões, com variação nominal positiva de 11,45% conforme demonstrado na tabela 21 gráfico 14.

Evidenciando a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,06%, tendo uma variação nominal positiva de 12,12% em relação a 2011, ou R\$ 94 milhões. Também merecem destaque as transferências referentes a Exploração de Petróleo, com variação positiva de 19,54% ou R\$ 8 milhões, ante 2011.

Tabela 21
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

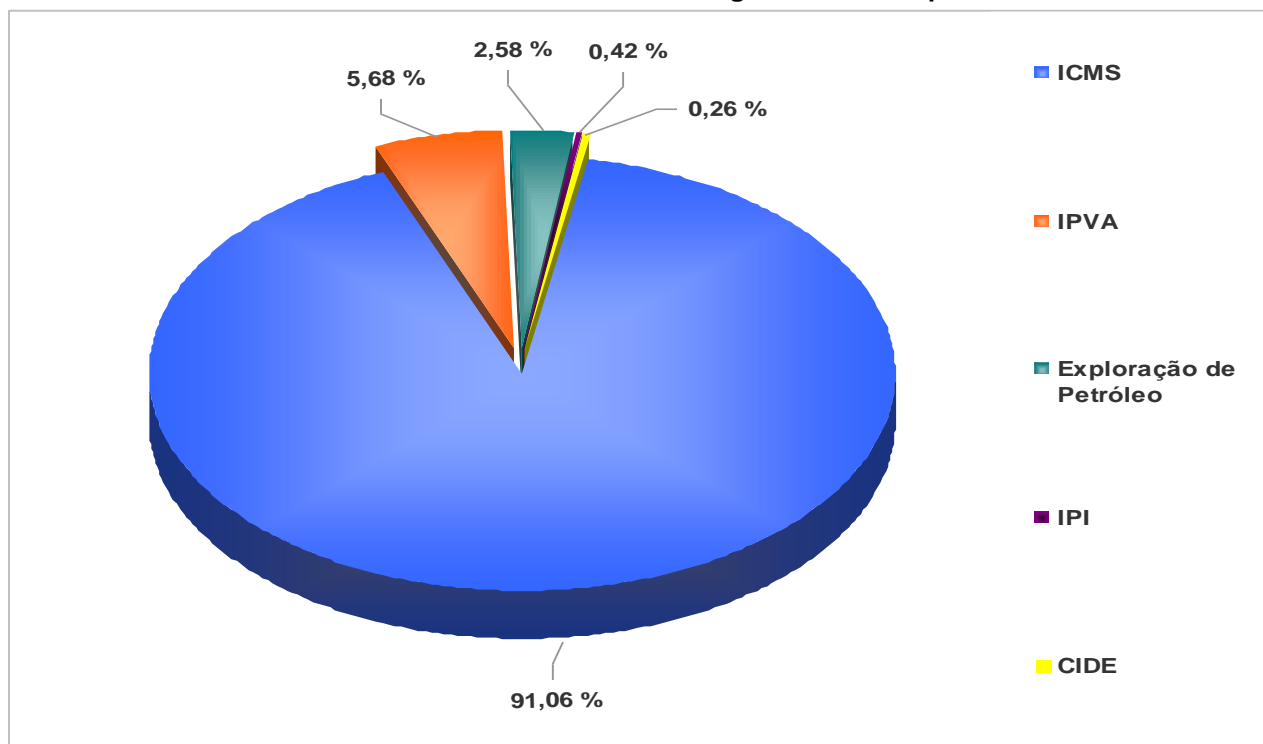
R\$ Mil

FONTE	2011	2012	PART. %	VAR. %
ICMS	1.486.064	1.666.235	91,06	12,12
IPVA	95.545	103.698	5,68	8,53
Exploração de Petróleo	39.527	47.252	2,58	19,54
IPI	11.362	7.670	0,42	(32,49)
CIDE	9.236	4.778	0,26	(48,27)
TOTAL	1.641.733	1.829.634	100,00	11,45

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 14
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – 2012



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2012, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 944 milhões que, comparado ao exercício de 2011, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 98 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 22 e gráfico 15.

Tabela 22
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

ORGÃO	R\$ Mil	
	2011	2012
Assembléia Legislativa	190.871	208.853
Tribunal de Contas	143.154	158.853
Tribunal de Justiça	344.200	396.537
Ministério Público	168.469	180.251
TOTAL	846.694	944.493

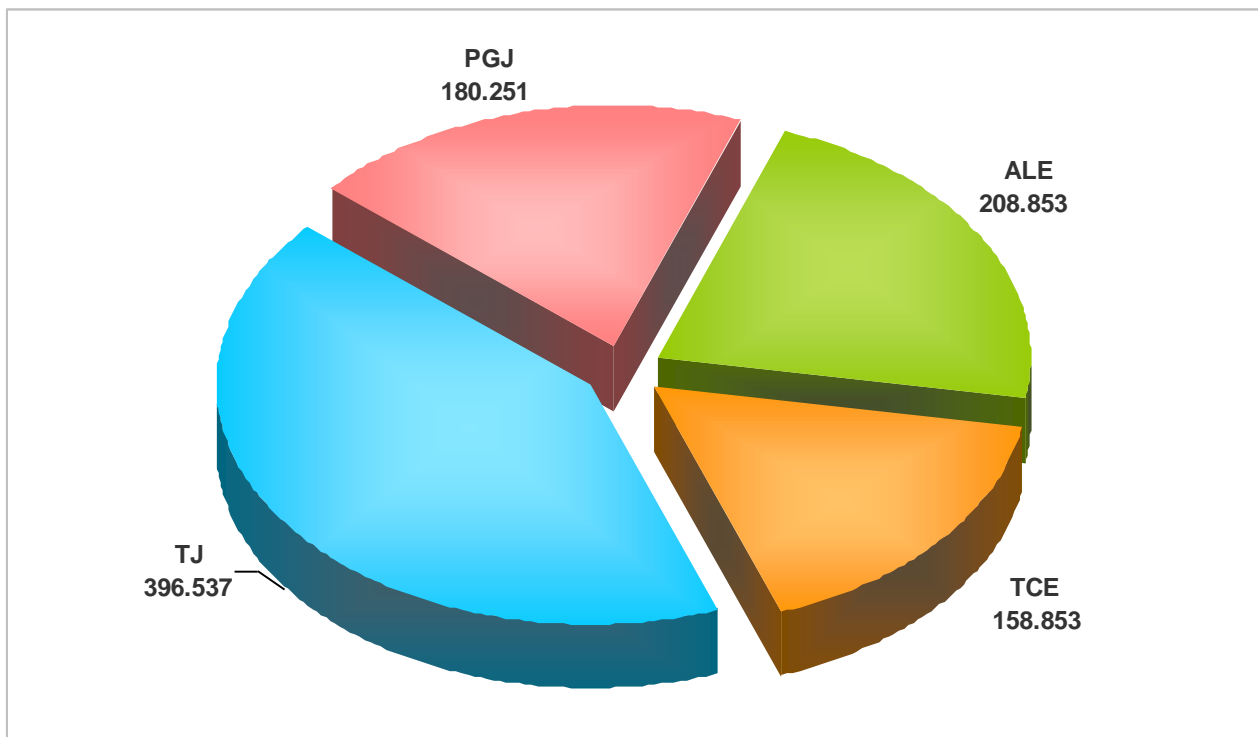
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No valor repassado em 2012, estão incluídos os valores de R\$ 7,638 milhões, referente a saldo de repasse de 2011 e parte de 2012 da Assembléia Legislativa, recurso este utilizado para recolhimento de Imposto de Renda atrasado e o valor de R\$ 5,513 milhões, referente a saldo de repasse de 2010 e 2011 do Ministério Público.



Gráfico 15
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 23.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 805 milhões em 2012, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2011, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 361 milhões, conforme demonstrada no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 1,166 bilhão.



Tabela 23
Comparativo do Balanço Orçamentário

R\$ Mil

FONTE	2011	2012	Var %
1 Receita Prevista	9.978.916	11.139.410	11,63
2 Receita Arrecadada	10.604.306	12.964.429	22,26
3 Superávit de Arrecadação (2-1)	625.390	1.825.019	191,82
4 Despesa Autorizada	11.428.403	13.512.762	18,24
5 Despesa Empenhada	10.616.815	12.159.259	14,53
6 Economia Orçamentária (4-5)	811.588	1.353.503	66,77
7 Déficit / Superávit Orçamentário (2-5)	(12.509)	805.170	(6.336,44)
8 Despesa pelo Superávit Financeiro	384.003	361.075	(5,97)
9 Superávit Orçamentário 7+8	371.493	1.166.245	213,93

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 24, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, o superávit orçamentário de R\$ 805 milhões do exercício de 2012, novamente, se não considerarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2011, a qual não tem a receita correspondente no exercício de 2012, temos um superávit orçamentário de R\$ 1,166 bilhão.

Tabela 24
Resultado da Execução Orçamentária

R\$ Mil

FONTE	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	13.362.538
2 Despesas Correntes	10.297.953
3 Deduções da Receita	1.374.859
4 Resultado do Orçamento Corrente (1-2-3)	1.689.726
5 Receitas de Capital	976.750
6 Despesas de Capital	1.861.306
7 Resultado do Orçamento de Capital (5-6)	(884.556)
8 Superávit Orçamentário de Execução (4 + 7)	805.170
9 Despesa pelo Superávit Financeiro	361.075
10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (8+9)	1.166.245

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 25, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2011 e 2012.

O resultado financeiro apurado em 2012 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências passivas) foi positivo em R\$ 1,660 bilhão.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Esse resultado considera a utilização, neste exercício, de R\$ 361 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011, se o desconsiderarmos, pois não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 2,021 bilhões.

Tabela 25
Demonstrativo do Balanço Financeiro

R\$ Mil

FONTE	2011	2012	Var. %
1 Receita Orçamentária	10.604.306	12.964.429	22,26
2 Receita Extraorçamentária	6.411.225	8.256.507	28,78
3 Interferências Ativas	18.791.497	22.414.030	19,28
4 Despesa Orçamentária	10.616.815	12.159.259	14,53
5 Despesa Extraorçamentária	5.944.666	8.052.012	35,45
6 Interferências Passivas	18.791.497	21.764.082	15,82
7 Saldo do Exercício Anterior	1.306.663	1.760.712	34,75
8 Saldo para o Exercício Seguinte	1.760.712	3.420.326	94,26
9 Resultado Financeiro ((1+2+3) - (4+5+6))	454.049	1.659.613	265,51

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 26 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2012, um acréscimo nominal de 27,58% ante 2011, ou R\$ 1,195 bilhão.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação = R\$ 3,633 bilhões) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho = R\$ 1,252 bilhões), que resultou em R\$ 2,381 bilhões para o exercício de 2012.

O valor de R\$ 4,975 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2012, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros.

Tabela 26
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

R\$ Mil

FONTE	2011	2012	VAR. %
1 Ativo Financeiro	1.814.934	3.686.075	103,10
2 Realizável a LP	2.014.785	2.480.156	23,10
3 Ativo Permanente	4.793.245	5.436.086	13,41
4 Ativo Compensado	12.107.875	14.329.875	18,35
5 Total do Ativo	20.730.839	25.932.194	25,09
6 Passivo Financeiro	985.627	1.251.840	27,01
7 Exigível a LP	3.304.364	4.822.427	45,94
8 Passivo Compensado	12.107.875	14.329.875	18,35
9 Passivo Real	16.397.867	20.404.143	24,43
SALDO PATRIMONIAL (5-9)	4.332.972	5.528.051	27,58

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



O Balanço Patrimonial apresentou acréscimo significativo no disponível, passando de R\$ 1,760 bilhão em 2011 para R\$ 3,420 bilhões em 2012 face aos saldos do RPPS – Regime Próprio de Previdência do Estado que, neste exercício, foram incorporados ao Balanço Geral do Estado com a transformação de Serviço Social Autônomo – AMAZONPREV para Fundação AMAZONPREV, que totalizaram R\$ 1,059 bilhão.

4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2012 um resultado patrimonial positivo de R\$ 1,195 bilhão, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 5,528 bilhões, com variação nominal positiva ante 2011 de 27,58%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 27.

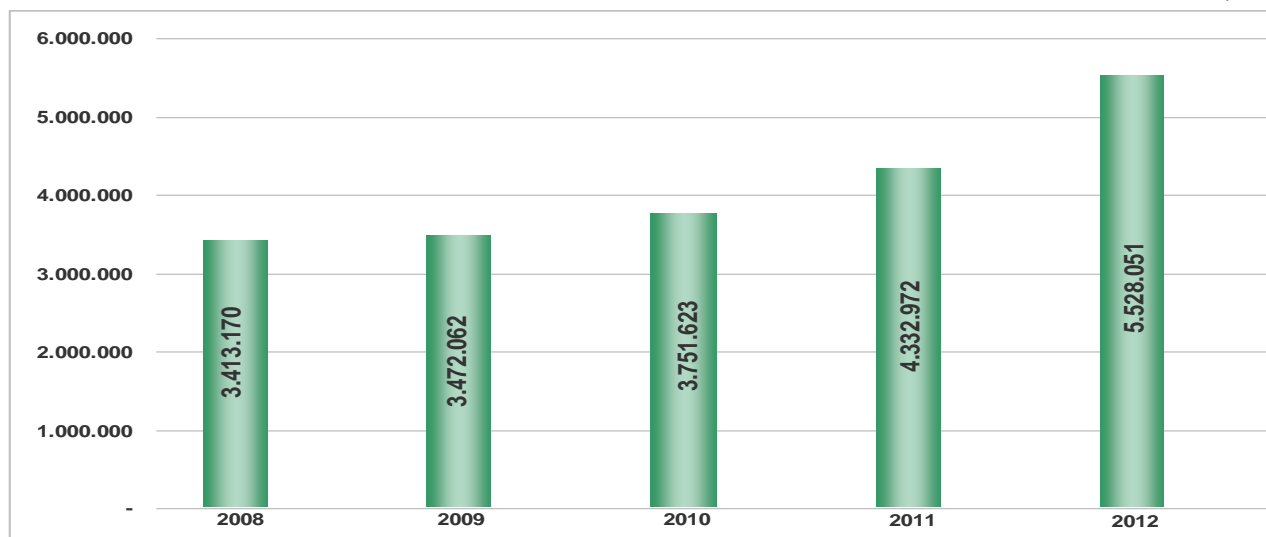
Tabela 27
Resultado / Saldo Patrimonial R\$ Mil

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2008	159.539	3.413.170	4,90
2009	58.891	3.472.062	1,73
2010	279.561	3.751.623	8,05
2011	581.350	4.332.972	15,50
2012	1.195.078	5.528.051	27,58

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 16, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2008 a 2012, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2012 ante 2008 de 61,96 %, ou R\$ 2,115 bilhões.

Gráfico 16
Saldo Patrimonial – 2008 a 2012 R\$ Mil



4.4 Variações Patrimoniais

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 28.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2012, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 1,195 bilhões, com variação de 105,57% ante 2011.

Tabela 28
Demonstrativo das Variações Patrimoniais **R\$ Mil**

FONTE	2011	2012	VAR %
1 Variações Ativas	30.542.810	58.718.647	92,25
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	10.604.306	12.964.429	22,26
1.2 Mutações Patrimoniais	628.093	849.235	35,21
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	19.310.411	44.904.983	132,54
2 Variações Passivas	29.961.460	57.523.568	91,99
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	10.616.815	12.159.259	14,53
2.2 Mutações Patrimoniais	224.141	838.062	273,90
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	19.120.504	44.526.248	132,87
3 Resultado Patrimonial (1-2)	581.350	1.195.078	105,57

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.5 DEPRECIÇÃO DO IMOBILIZADO

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos Bens Móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.



O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os Bens Móveis adquiridos e/ou incorporados a partir de 2010. No exercício de 2012 foram incluídas no processo 14(quatorze) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 4.355 milhões ficando os demais órgãos para serem incluídos no exercício de 2013, demonstrados na tabela 29.

Tabela 29
Demonstrativo de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis R\$ Mil

DEPRECIÇÃO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA - 2011	DEPRECIÇÃO ACUMULADA - 2012
Bens Móveis	911	4.111
Bens Imóveis	-	244
TOTAL	911	4.355

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 03, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2012 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 470 Milhões, representando 29,04% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2011. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 20 milhões, representando 1,23% do saldo do estoque da dívida existente em 2011. Foram recuperados R\$122 mil em adjudicações, representando 0,01% do saldo da dívida de 2011. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 71 milhões representando 4,38% do saldo de 2011.



Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 39 milhões, representando 2,43% do saldo da dívida de 2011 e renúncia de CDA no valor de R\$ 25 milhões, representando 1,58% do saldo da dívida de 2011. O saldo final do estoque da dívida em 2012, foi de R\$ 2,076 bilhões, com acréscimo nominal de 28,18% ante 2011, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 30.

Tabela 30
Demonstrativo da Dívida Ativa

R\$ Mil

DÍVIDA ATIVA	VALOR	% SOBRE 2011
Saldo em 31/12/2011	1.619.389	
(+) Inscrições em 2012	470.322	29,04
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	70.873	4,38
(-) Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	19.956	1,23
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	122	0,01
(-) Cancelamentos de CDA	39.305	2,43
(-) Renúncia de CDA em 2012 (Anistia Fiscal)	25.548	1,58
Saldo em 31/12/2012	2.075.653	28,18

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 24,40% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 75,60% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Zona Franca Verde, Pró-Saneamento, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia e PROINVESTE.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2012, de R\$ 5,130 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 31.



Tabela 31
Demonstrativo da Dívida Pública

R\$ Mil

DÍVIDA	VALOR		%	
	2011	2012	PART.	VAR.
Fundada Interna	2.450.158	2.821.061	54,99	15,14
Fundada Externa	852.032	1.056.912	20,60	24,05
Flutuante	985.627	1.251.840	24,40	27,01
TOTAL	4.287.817	5.129.813	100,00	19,64

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A dívida fundada total de R\$ 3,878 bilhões, representa 20,08% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2012 totalizou R\$ 19,310 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2012, houve um acréscimo nominal de 19,64% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2011. Esse fato é reflexo principalmente das novas operações de crédito recebidas em 2012 que totalizaram R\$ 772 milhões, e um acréscimo na dívida flutuante de R\$ 266 milhões.

Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o valor nominal de 2012 se mantém relativamente estável face a RCL de 40,16%, pois o Estado apresenta uma relação ligeiramente maior da dívida versus receita corrente líquida de 2011 de 38,78%.

Tabela 32
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

R\$ Mil

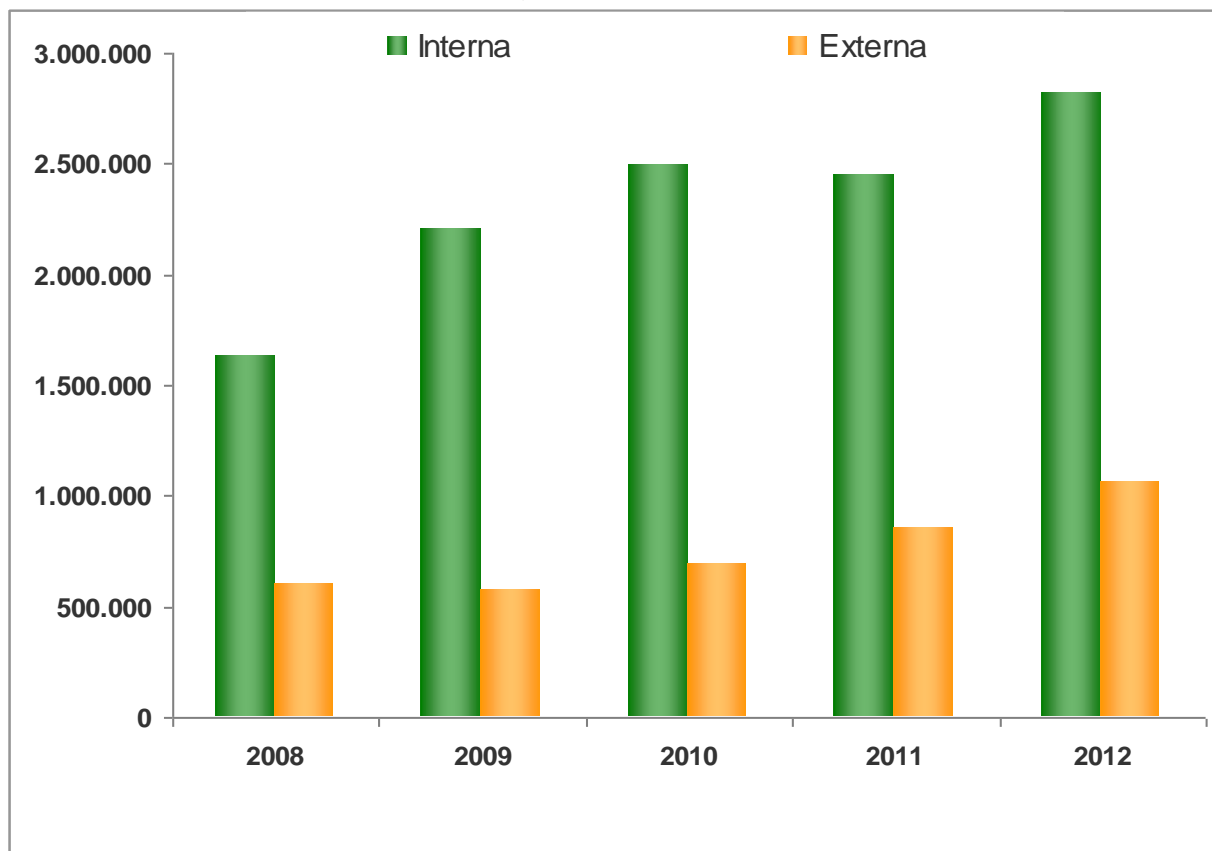
DÍVIDA	2008	2009	2010	2011	2012
Interna	1.630.973	2.206.162	2.497.385	2.450.158	2.821.061
Externa	594.454	572.067	691.132	852.032	1.056.912
TOTAL	2.225.427	2.778.229	3.188.517	3.302.190	3.877.973
RCL do Exercício	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316
Div. Fundada / RCL (%)	34,79	45,09	43,04	38,78	40,16

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Gráfico 17
Evolução do Estoque da Dívida

R\$ Mil



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3.644 de 26/07/2011, Art.11, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definido a repartição da receitas para o Poder Legislativo, sendo 1,7% para Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,3% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.



A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2012, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 49,12% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 41,43%, ao Poder Legislativo 2,10%, ao Poder Judiciário 3,88% e ao Ministério Público 1,71%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 33.

Tabela 33
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	4.000.628	41,43
Pessoal Ativo	3.153.823	32,66
Pessoal Inativo e Pensionista	905.010	9,37
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	347.434	3,60
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	33.664	0,35
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	52.614	0,54
(-) Indenizações por Demissão	135	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	319.225	3,31
PODER LEGISLATIVO (II)	203.133	2,10
Assembléia Legislativa - ALE	105.942	1,10
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	97.190	1,01
PODER JUDICIÁRIO (III)	374.158	3,88
Tribunal de Justiça	374.158	3,88
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	164.855	1,71
Procuradoria Geral de Justiça	164.855	1,71
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	4.742.773	49,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	9.655.316	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	5.793.190	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	5.503.530	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados pela SEFAZ.



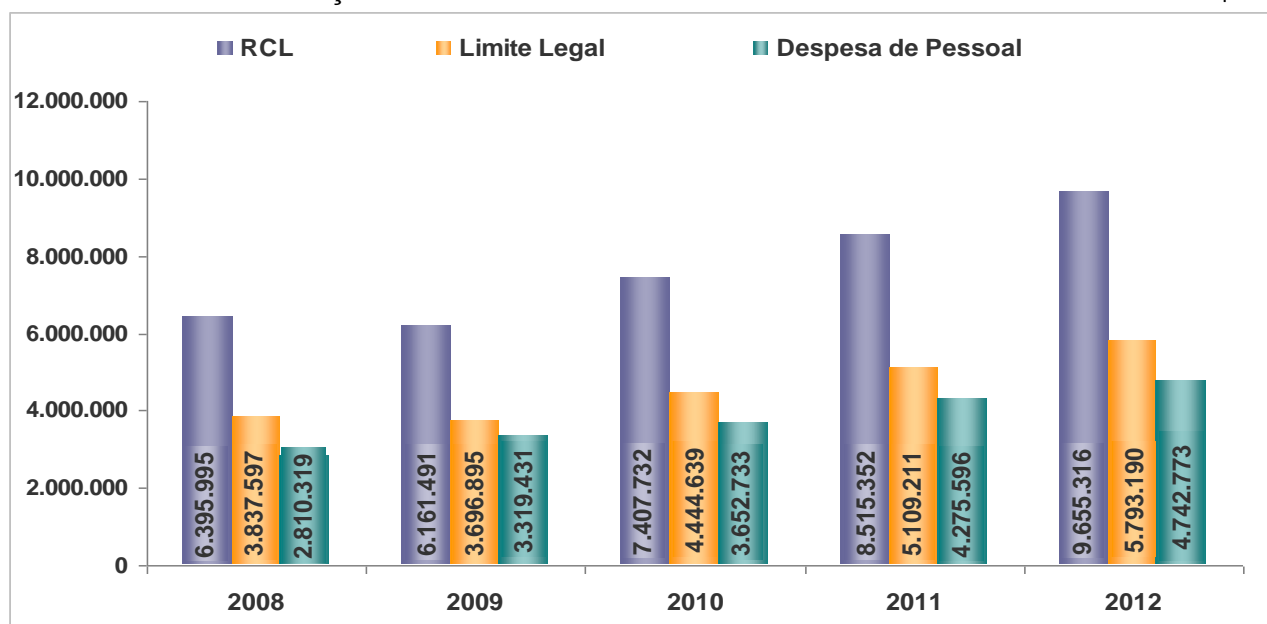
Demonstramos, na tabela 34 e gráfico 18, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2008 a 2012.

Tabela 34
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2008 a 2012 R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
RCL	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316
Despesa de Pessoal	2.810.319	3.319.431	3.652.733	4.275.596	4.742.773
Limite Legal (60% s/ RCL)	3.837.597	3.696.895	4.444.639	5.109.211	5.793.190
% Relação Pessoal/RCL	43,94	53,87	49,31	50,21	49,12

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 18
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2008 a 2012 R\$ Mil



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.



Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2012, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,807 bilhão, correspondente a 25,10% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 6,889 milhões.

Tabela 35
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		7.231.189
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		1.774.245
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.777.609
4. TOTAL (1+2-3)		7.227.825
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	1.806.956
6. VALOR APLICADO	25,10%	1.813.845
7. DIFERENÇA (6-5)	0,10%	6.889

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

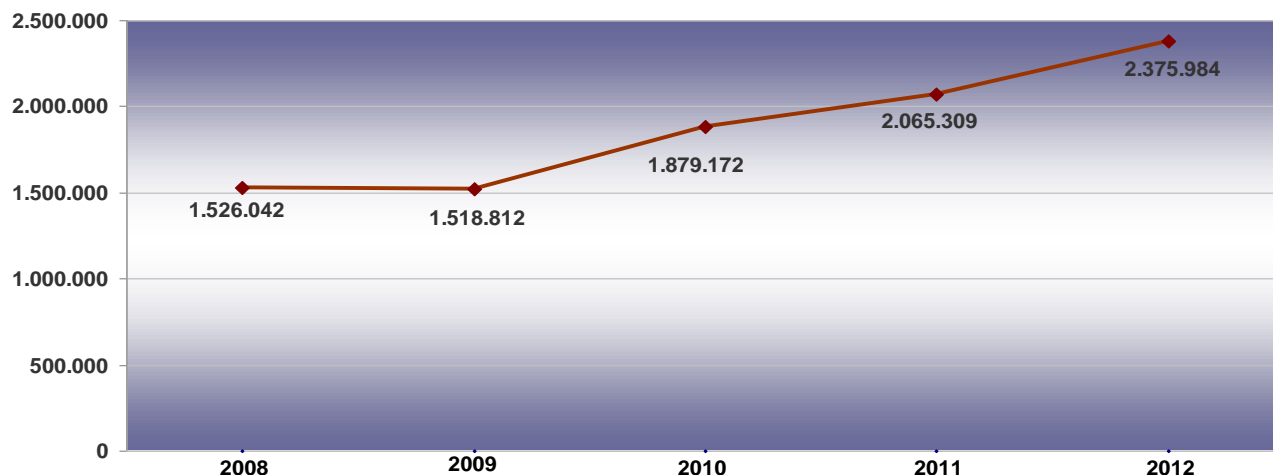
No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 1,883 bilhão, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 493 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 2,376 bilhões, ou seja, R\$ 563 milhões a mais do valor aplicado, demonstrado na tabela 35 acima.

Demonstramos, no gráfico 19, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2008 a 2012, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.



Gráfico 19
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2008 a 2012

R\$ Mil



Em 2012, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 493 milhões, ou seja, 35,84% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 36, por fonte.

Tabela 36
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

R\$ Mil

FONTE	REPASSE	RATEIO	% PART.	DIFERENÇA	% DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS E ACESSÓRIAS	999.740	611.445	69,31	388.295	38,84
IPVA E ACESSÓRIAS	20.738	18.968	2,15	1.771	8,54
ITCMD	1.068	485	0,05	583	54,59
ITR	0	92	9,44	(91)	-
FPE	345.762	158.560	16,28	187.202	54,14
FPM	0	87.963	9,03	(87.963)	-
IPI	4.602	2.814	0,29	1.788	38,86
Lei Kandir	2.948	1.803	0,19	1.146	38,86
TOTAL	1.374.859	882.130	100,00	492.729	35,84

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2012, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,549 bilhão, ou 21,43%, excedendo em R\$ 681 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 37.



Tabela 37
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

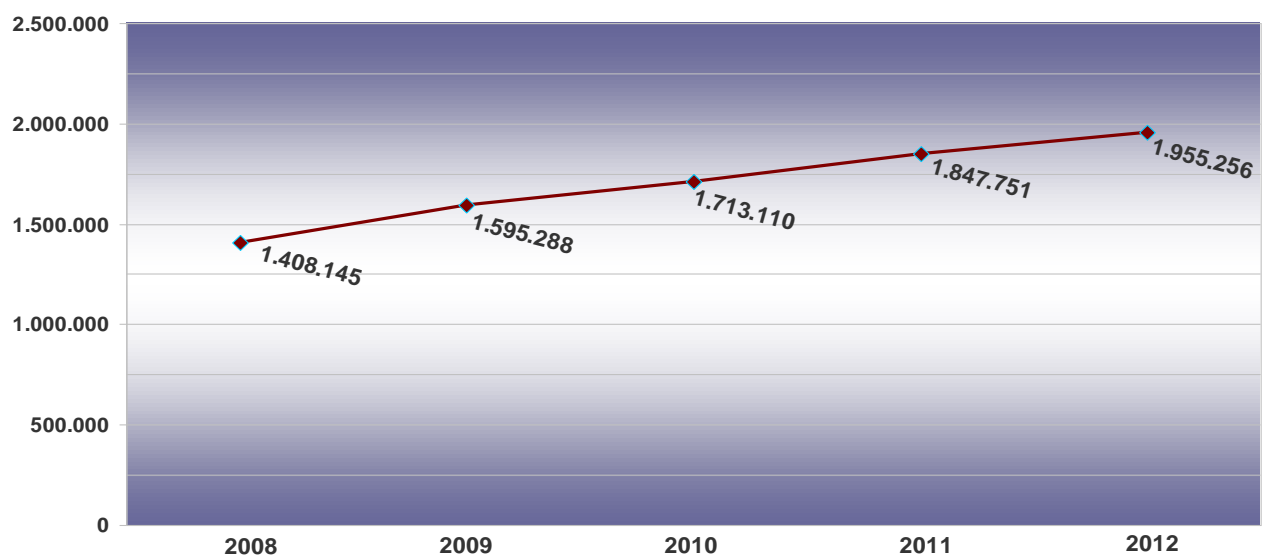
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		7.231.189.304
2. Transferências da União		1.774.230.745
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.777.609.168
4. Total (1+2-3)		7.227.810.881
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	867.337.306
6. TOTAL APLICADO	21,43%	1.548.610.628
7. DIFERENÇA (6-5)	9,43%	681.273.322

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2012, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,955 bilhão, ou R\$ 407 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 20 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2008 a 2012.

Gráfico 20
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde - 2008 a 2012 R\$ Mil





9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2012. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa que são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade, o que resultou na publicidade através do Portal da Transparência do Governo.

Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo deste exercício.



Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 25 de março de 2013.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM